



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**FRANCISCA KÁTIA RODRIGUES BATISTA**

**INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA  
DE CIÊNCIAS PARA O TRABALHO COM PORTADORES DE  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM  
ESCOLAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PICOS, ZONA  
URBANA.**

**PICOS  
2013**

**FRANCISCA KÁTIA RODRIGUES BATISTA**

**INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA  
DE CIÊNCIAS PARA O TRABALHO COM PORTADORES DE  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM  
ESCOLAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PICOS, ZONA  
URBANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal do  
Piauí – UFPI como parte dos requisitos  
necessários para obtenção do título  
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.

**Orientadora:** Prof. Nilda Masciel Neiva  
Gonçalves

**PICOS  
2013**

Eu, **Francisca Kátia Rodrigues Batista**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 18 de novembro de 2013.

*Francisca Kátia Rodrigues Batista*

Assinatura

03/11/2013

18 de novembro de 2013

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**B333i**

Batista, Francisca Kátia Rodrigues.

Inclusão escolar: formação docente na área de ciências para o trabalho com portadores de necessidades educacionais especiais e em escolas públicas do município de Picos, zona urbana / Francisca Kátia Rodrigues Batista. – 2013.

CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (44 p.)

Monografia(Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013  
Orientador(A): Profa. Mcc. Nilda Masciel Neiva Gonçalves

1. Educação Inclusiva. 2. Professores de Ciências. 3. Ensino. I. Título.

**CDD 371.9**

**FRANCISCA KÁTIA RODRIGUES BATISTA**

**INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA  
DE CIÊNCIAS PARA O TRABALHO COM PORTADORES  
DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM  
ESCOLAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PICOS, ZONA  
URBANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal do  
Piauí – UFPI como parte dos requisitos  
necessários para obtenção do título de  
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas

Aprovado em: 16 / 09 / 2013

**BANCA EXAMINADORA**

Nilda Masciel Neiva Gonçalves

Prof. Me. Nilda Masciel Neiva Gonçalves

Orientadora

Universidade Federal do Piauí- UFPI

Maria do Socorro Meireles de Deus

Prof. Me. Maria do Socorro Meireles de Deus

Examinador

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Victor de Jesus Silva Meireles

Prof. Me. Victor de Jesus Silva Meireles

Examinadora

Universidade Federal do Piauí - UFPI

*Dedico este estudo a Deus, aos meus familiares pelo apoio e a todas as pessoas que contribuíram para concretização desse trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo de bom que proporciona na minha vida e de todos os meus familiares.

À minha família pelo apoio na concretização do presente estudo.

Aos professores e amigos pela amizade construída no decorrer do processo educativo.

A todas as pessoas que ajudaram, direta ou indiretamente, na efetivação desse estudo. Muito Obrigada!

*Para a aprendizagem se efetivar, é necessário levar em conta o aluno em sua totalidade, retomando a questão do aluno como um sujeito sociocultural, quando sua cultura, seus sentimentos, seu corpo, são mediadores no processo de ensino e aprendizagem (DAYRELL, 1999).*

## RESUMO

A inclusão escolar sendo direito de todas as pessoas com necessidades especiais consiste na integração do aluno destes em classes regulares. Assim, o referente trabalho intitulado: Inclusão Escolar: formação docente na área de ciências para o trabalho com pessoas com portadores de necessidades educacionais especiais em escola públicas do município de Picos, zona urbana, objetiva conhecer a formação dos professores de ciências da rede pública de ensino para o trabalho com os alunos com necessidades especiais que estão inseridos no ambiente escolar. A pesquisa é do tipo qualitativa - quantitativa e foram utilizados questionários pré-elaborados contendo questões abertas e fechadas aplicadas a professores da referida rede. Buscou-se saber se os docentes possuem formação para o trabalho com os alunos especiais, os recursos disponibilizados pelas escolas para o desenvolvimento do trabalho; a utilização destes pelos professores, as dificuldades encontradas e conhecimento das leis que garantem a inclusão dos alunos especiais na rede pública de ensino pelos professores. Foram consultadas as obras de: MANTOAN (2006), PAULON (2005), MENDES (2001), SILVAilva (2006), entre outros, para o aprofundamento do tema em questão. A pesquisa apresenta dados que comprovam que maiores investimentos devem ser feitos na formação de docentes de ciências para o trato com alunos especiais, tal como para a utilização dos recursos já disponíveis no ambiente escolar e que de fato as dificuldades para o trabalho com essa clientela ainda são muitos e que as leis já elaboradas e aprovadas em nosso país ainda estão em fase de implantação.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Professores de Ciência. Ensino.

## ABSTRACT

School inclusion and rights of all people with special needs is the integration of these students in regular classes . Thus , the referent worked entitled: School Inclusion : teacher education in the sciences to work with people with special educational needs in public school in the city of Picos , urban area , aims to meet the training of science teachers from public education to work with students with special needs who are included in the school environment . The research is a qualitative type - quantitative and pre - designed questionnaires were used containing open and closed questions applied to teachers of that network. We attempted to find out if teachers are trained to work with special students , the resources provided by schools for the development of the work , the use of these teachers , the difficulties encountered and knowledge of the laws that ensure the inclusion of special students in the network public education by teachers . MANTOAN (2006 ) , PAULON (2005 ) , MENDES (2001 ) , SILVA (2006 ) , among others , to deepen the topic at hand : the works were consulted . The research presents data showing that greater investment should be made in the training of science teachers to deal with special learners , as for the use of the resources already available in the school environment and that in fact the difficulties in working with this client still are many and that laws already developed and approved in our country are still under implementation .

**Key Words:** Inclusive Education, Science Teachers, Education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1:</b> Grau de instrução dos sujeitos da pesquisa .....	26
<b>Gráfico 2:</b> Faixa etária dos professores sujeitos da pesquisa .....	27
<b>Gráfico 3:</b> Número de professores que possuem alunos especiais em sala de aula regular .....	29
<b>Gráfico 4:</b> Principais dificuldades para o atendimento dos alunos especiais segundo docentes.....	30
<b>Gráfico 5:</b> Relacionamento docente com alunos com necessidades educacionais especiais .....	31
<b>Gráfico 6:</b> Afirmação docente quanto ao tipo de deficiência dos alunos especiais atendidos no ensino regular. ....	32
<b>Gráfico 7:</b> Existe na escola materiais didáticos específicos para o ensino de ciências e auxiliares da aprendizagem de alunos especiais? .....	33
<b>Gráfico 8:</b> Professores que conhecem as leis que amparam os alunos especiais...	34
<b>Gráfico 9:</b> Atendimento das escolas aos critérios propostos por lei para o atendimento dos alunos especiais .....	34

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 INCLUSÃO ESCOLAR .....</b>	<b>13</b>
2.1 INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO .....	18
<b>3 TIPOS DE DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4 O PAPEL DO PROFESSOR NA PRÁTICA INCLUSIVA.....</b>	<b>22</b>
<b>5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....</b>	<b>25</b>
5.1 TIPO DE PESQUISA E ÁREA DE ESTUDO.....	25
5.2 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS .....	25
5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	26
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICES. ....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é direito de todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, mas o acesso a escola nem sempre é determinante para o desenvolvimento integral desses alunos. Portanto várias pesquisas são realizadas nesta área para diagnosticar e estimular práticas que estejam relacionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais.

O trabalho intitulado: Inclusão Escolar: formação docente na área de ciências para o trabalho com portadoras de necessidades educacionais especiais em escolas públicas do município de Picos, zona urbana tem como objetivo conhecer a formação dos professores de ciências da rede pública de ensino para o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais na cidade de Picos - PI. Também busca identificar os recursos disponíveis na escola para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos alunos especiais e verificar se os docentes conhecem as leis que garantem a inclusão dos alunos especiais na rede pública de ensino.

A pesquisa é relevante por tratar-se de uma realidade do cotidiano escolar e da constante necessidade de preparação docente para o trabalho com os novos desafios educacionais para o trato com as especificidades e limitações de cada aluno especial, bem como do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social no ambiente escolar, também por tratar-se de um tema educacional da atualidade que visa o atendimento a um direito garantido por lei as pessoas portadoras de necessidades especiais.

De acordo com a Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, os direitos das pessoas com “necessidades especiais” foram estipulados, passando estes a serem considerados como sujeitos de direitos, inclusive à educação. A Constituição determinou ser dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Esse princípio da inclusão provocou uma mudança na função da escola e inaugurou um momento de transição que colocou para os gestores das políticas públicas uma nova concepção de escola que parte do pressuposto de que essa instituição é o lócus privilegiado da inclusão social, não de instrução apenas (MENDES, 2001).

A pesquisa contempla os seguintes itens: a inclusão escolar; integração ou inclusão; os tipos de deficiência; o papel do professor na prática inclusiva; e a análise dos resultados referente á coleta dos dados em campo.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir para reflexões no campo do atendimento aos direitos dos alunos portadores de necessidades especiais, por diagnosticar a realidade do município de Picos e que estudiosos da educação, gestores educacionais e políticos possam intervir em busca de melhorias.

## 2 INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar é a integração do aluno com necessidades especiais em classes regulares, com professores que possuem um suporte técnico para suprir as suas necessidades e tenham um acompanhamento com profissionais que visam estender ao máximo a capacidade da criança com deficiência na sala regular e que não ignore as necessidades específicas da criança (MANTOAN, 2006).

Nessa perspectiva Paulon (2005, p.8), afirma:

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a dessistintucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.

Nessa perspectiva a inclusão torna-se difícil uma vez que o estado não possui mecanismos eficazes de fiscalização para o cumprimento das leis em defesa da ausência de discriminação aos portadores de necessidades especiais, seja fora ou dentro do ambiente escolar que garantam segundo Paulon (2005), a realização de uma educação inclusiva neste contexto secular.

O Ministério da Educação tem o princípio da inclusão como norteador das políticas públicas. A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão. Então se compreende que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos no qual as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e outras, representa possibilidade de combater a exclusão e responder as especificidades dos alunos (MEC/SEESP, 2001).

O principal objetivo da inclusão educacional é atender as necessidades especiais das crianças para que elas tenham a possibilidade de aprender junto com outras crianças embora tendo objetivos e processos diferentes.

Para Brasil (2010, p.19):

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial...; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos....; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Desse modo, de acordo com Silva (2006) a nossa atual política educacional no que se refere às diretrizes para a educação especial destaca que a inclusão educacional dos alunos com necessidades especiais no aspecto de eliminar as práticas de isolamento vem se encaminhando. Porém, no que se trata da educação básica no ensino público e privado, a educação inclusiva ainda mostra muitos desafios a serem enfrentados. Pois, a educação inclusiva de alunos com deficiência física, por exemplo, significa no campo escolar a transferência do modelo racionalista ainda dominante no exercício dos docentes, justificado na unificação, na eficácia e no produto, para uma mais atualizada educação marcada por um sistema aberto, amparado na importância do ser, do fazer, e do conviver.

A criação de políticas públicas para a educação especial reside justamente no fato da necessidade de oferta de uma educação para todos, pois promove formas de incentivar os alunos especiais, a participar de todo um processo sócio-cultural, onde terá acesso a educação, e passarão por inúmeras experiências que resultarão em grande aproveitamento, proporcionando sua inclusão ao meio social (MENDES, 2001).

A partir das políticas desenvolvidas em prol destas minorias, é que teremos oportunidade de partir para a inclusão dessas pessoas, criando ambientes saudáveis, reconhecendo as necessidades das escolas, para que possam ser receptivas e atender aos estudantes indistintamente (GLAT; NOGUEIRA, 2002).

A educação inclusiva é importante, por trabalhar a sociedade para o processo de aceitação dos portadores de necessidades especiais, tanto no mercado de trabalho, como no meio social. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diversas necessidades de seus alunos acomodando tanto estilos como ritmos

diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usos de recursos e parcerias com a comunidade (SALAMANCA, 1997).

Dessa maneira ressaltamos que ainda existe certa resistência por muitos que concordam com a inclusão no espaço escolar, para muitos a escola é o lugar onde seria possível a participação e desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais. No entanto, ao mesmo tempo percebem-se contradições a respeito da execução das leis em se tratando de receber todo e qualquer aluno, de modo que a escola ainda mantém processos de seleção para com os alunos que apresentam quadros psíquicos graves e/ou deficiências múltiplos. Visto por exemplo, por alguns grupos nas seguintes expressões: “Sou a favor da inclusão, mas não jogando tudo no professor”; “Acredito na inclusão, mas estou decepcionada com esse ‘fazer de conta’ de que se está incluindo...” (PAULON, 2005, p.26).

Nesse sentido para Paulon (2005), é bastante importante a execução dos diversos segmentos implantados dos direitos amparados legalmente para que as recompensas da inclusão social educacional sejam concretizadas. Para o autor, não resta dúvidas de que a realização eficaz da inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares implica numa ativa melhoria no sistema de ensino, no que se trata de flexibilidade em adequar o currículo, as formas de ensinar, avaliar, realizar trabalhos grupais em sala de aula, e o aprimoramento das estruturas físicas facilitando o acesso e circulação de todas as pessoas.

Para Mantoan (2006), a inclusão educacional é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Então, inserir em classes regulares, alunos com necessidades especiais, vai além de cumprir leis, mas oportunizar o ensino e a capacitação de cidadãos para que, futuramente, exerçam papéis na sociedade.

A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da educação que possibilite o acesso às classes comuns do ensino regular e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado que propicie a eliminação de barreiras para o acesso ao currículo (RODRIGUES, 2006).

Assim, o atendimento educativo especializado tem o papel de observar, ver e organizar meios que ofereçam a acessibilidade de todos e que extingam os impasses que dificultem o pleno desenvolvimento dos alunos, atendendo suas

necessidades específicas. As atividades produzidas no atendimento educativo especializado distinguem-se daquelas feitas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. “Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (BRASIL, 2010, p. 21-22).

Os sistemas educacionais devem oferecer as diversas condições de acessibilidade como, aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de maneira a suprimir todas as necessidades educacionais dos discentes. O acesso deve ser garantido mediante a abolição de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – abrangendo todas as instalações, equipamentos e mobiliários – e não só isso, mas também no que se refere aos transportes escolares, como as barreiras nas comunicações e informações (BRASIL, 2010).

O processo de inclusão escolar tem como pressuposto a mobilização da sociedade para um novo olhar frente às diferenças humanas, elegendo-as como um valor a ser assumido por todos, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a igualdade ou a uniformidade. A recomendação para que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais sejam matriculados na Rede Regular de Ensino está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 2012).

O lançamento da constituição federal de 1988 significou um grande avanço em termos educacionais no Brasil, pois respalda e propõe avanços significativos para educação escolar, elege a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) como um dos seus objetivos fundamentais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais quer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV) e também garante o direito a igualdade (art. 5º) (BRASIL, 1988).

O artigo 208 da constituição federal de 1988 apresenta vários dispositivos referentes às pessoa com necessidades especiais, principalmente o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. O tema é retomado no artigo 227, inciso II, recomendando-se a criação de programas de atendimento especializado e integração social para pessoas deficientes (BRASIL, 1988).

Segundo Fortes (2005), entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais. A educação especial do educando caracteriza-se por constituir um processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios e deverá iniciar-se na educação infantil, já a partir dos primeiros meses de vida.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando às condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (DCNs, 2012).

O movimento da educação inclusiva fez aflorar a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, dando visibilidade para sua situação de exclusão no processo educacional. Dessa forma, os avanços dos sistemas educacionais estão em processo de transformação e refletem uma nova visão do direito à educação que começa a transpor a concepção tradicional de ensino, alterando as concepções sobre a educação das pessoas com deficiência, exigindo uma mudança na formação de professores e um planejamento para organização dos recursos necessários para efetivar a educação inclusiva (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Contudo, de acordo com alguns estudiosos da Educação Inclusiva, como Rodríguez (2001), Edler (2000), Werneck (1999), Sasaki (1998), aponta-se que:

(...) para viabilizar as estratégias transformadoras e concretizar as ações que o contexto de cada instituição educacional exige, é preciso vontade política dos dirigentes, recursos econômicos e competência dos sistemas educacionais. A conquista dessas condições passa necessariamente pela elaboração de um projeto educacional coletivo, com a participação de todos os integrantes da escola. Esse projeto pressupõe, antes de tudo, a participação de educadores comprometidos com uma prática educacional orientada por concepções otimistas sobre o potencial educativo de todos os alunos, especialmente dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para que isso ocorra, é necessária uma formação docente que ofereça competência técnica e compromisso profissional, fato que encaminha essa reflexão ao entendimento da importância de articular políticas de inclusão desses alunos com políticas de formação docente.

No sentido de haver a participação não só das políticas governamentais, mas também de todo o corpo docente e dos demais integrantes profissionais da escola. De forma a proporcionar um atendimento imparcial e igualitário. Articulando as propostas sugeridas pela legislação com a realização da inclusão dos alunos com necessidade especiais. Porque para acontecer a efetivação dos projetos de ensino inclusivo é necessário a credibilidade, comprometimento e participação de todos que trabalham rumo a uma educação cada vez mais justa, inclusiva e democrática.

## 2.1 INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO?

A inclusão, portanto, é o fenômeno mais recente no debate de idéias no país, no que se refere ao delineamento das relações entre a sociedade brasileira e o segmento populacional de brasileiros com necessidades especiais. Processo mais amplo e complexo do que o proposto pela integração, já que bi-direcional, exige mudanças não somente na pessoa com deficiência, mas principalmente no contexto social, de forma a poder atender às necessidades especiais das pessoas com deficiência também, estejam ela nessas condições definitiva ou temporariamente (MITTLER, 2003).

É no espaço da contextualização dessas idéias que reside a grande diferença de significado entre os termos inclusão e integração. Quando se fala em integração, apesar de aparentemente estar se falando do direito de igualdade, na realidade está se atribuindo quase que exclusivamente à pessoa com deficiência a responsabilidade por sua segregação (atribuída a sua "incompletude"). Por conseqüência, fala-se, ainda, da necessidade de se alterar, ajustar, mudar a pessoa com deficiência, para que ela possa, então, conviver com os demais de forma integrada, o que por si só, caracteriza a desigualdade real (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005).

É preciso fazer da escola um espaço onde todos possam ter os mesmos direitos; onde todos possam ser tratados com igualdade de direitos; onde os alunos deficientes não sejam olhados como "o outro, o anormal, o diferente"; onde a escola possa ver a diversidade não como um problema, mas sim como um atributo somatório na construção das experiências; onde a escola seja um espaço capaz de garantir que professores, coordenadores, pais e mães, alunos e a comunidade como um todo, com ou sem algum tipo de deficiência, possam crescer juntos em busca de

uma sociedade humanizada, onde a pessoa seja o alvo principal (INCLUSÃO, 2012).

São muitos os motivos para tratarmos da inclusão educacional e social da pessoa deficiente. O primeiro é que através da educação não apenas incluímos os deficientes em um ambiente considerado “normal” pelos demais, como condicionamos os alunos “normais” a adaptarem-se aos colegas deficientes, com isso todos os alunos pela práxis receberam princípios de justiça e igualdade, e assim conscientizar estes alunos que todos têm direito à oportunidade de acesso à educação, nas mesmas condições.

Nesse segmento Sánchez (2005, p.14) coloca:

A educação inclusiva é um meio privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído. Está implícita na inclusão social, a participação no mercado de trabalho competitivo, sendo este o fim último da inclusão [...].

De modo a existir uma real inclusão das pessoas com necessidades especiais não só na educação, mas também posteriormente no mercado de trabalho. Acontecendo não só uma simples integração dos alunos com necessidades especiais com os outros na escola, e sim a inclusão no que diz respeito ao aprendizado e a competência na vida estudantil e em seguida profissional.

Contudo, amparado/fundamentado também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual tem suas garantias voltadas a todas as pessoas do mundo independentes de sexo, cor, origem, credo, raça, condição física ou social. E afirma uma educação em que o ponto de partida seja o respeito mútuo dos direitos e liberdade de todos os povos.

Uma vez que, o estado brasileiro ao formular suas garantias constitucionais, assegura os mesmo direitos fundamentais, sociais, cívicos e políticos de todos os cidadãos brasileiros natos ou naturalizados.

### 3 TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

Há diversos tipos de deficiência, a pessoa especial pode apresentar deficiência única ou deficiência múltiplas. Deficiência visual quando a pessoa tem a perda ou a redução da capacidade visual em ambos os olhos, com caráter definitivo. O deficiente auditivo que pode tem a perda parcial ou total da audição, podendo ser de nascença ou causada posteriormente por alguma doença.

A pessoa com deficiência motora apresenta uma disfunção física ou motora, a qual poderá ser de caráter congênito ou adquirido. Desta forma, esta disfunção irá afetar o indivíduo, no que diz respeito à mobilidade, a coordenação motora ou a fala. Este tipo de deficiência pode decorrer de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou de má formação (DEFICIÊNCIA, 2012).

O deficiente mental apresenta uma designação que caracteriza os problemas que ocorrem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões do cérebro.

A deficiência é proveniente de causas hereditárias ou fatores congênitos, decorrentes da falta ou inadequada assistência às mulheres durante a gestação, o parto e a desnutrição. É consequência ainda de doenças transmissíveis, crônicas, perturbações psíquicas, traumas e lesões (BRASIL, 2006).

Esses fatores impulsionadores do desenvolvimento de deficiência influenciam a existência de categorias que definem a sua tipificação. Os tipos de deficiência que estão presentes na Lei nº 5.296/04, estabelecem as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. Nesta lei, os tipos de deficiência são compreendidos:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física (...);
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais (...);
- c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica (...);
- d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;
- e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Percebe-se assim, que a tipificação da deficiência é definida em aspectos relacionados a perdas, a não existência ou insuficiência, seja fisicamente ou mentalmente. Não é levado em consideração o ambiente físico, social e cultural em que o indivíduo está inserido e que pode ter sido o genitor da deficiência. Porém, essa divisão em tipos é necessária para que haja a garantia dos diversos direitos, executando-os de acordo com o seu caráter específico, levando em consideração as suas limitações.

#### 4 O PAPEL DO PROFESSOR NA PRÁTICA INCLUSIVA

O papel do professor é muito importante no processo de inclusão educacional, pois vai viabilizar na sala de aula as condições adequadas para suprir as necessidades e as peculiaridades dos alunos com necessidades especiais, para melhor desenvolvimento em todas as instâncias de convívio social.

Os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que os possibilite uma ação pedagógica eficaz.

Paulon (2005) destaca a relevância da formação dos professores para a obtenção de um melhor processo de ensino e enfrentamento dos difíceis impasses que implicam o processo de educar. Aponta como uma das dificuldades enfrentadas o extenso leque de realidades sócio-culturais presentes na sociedade brasileira e coloca que para suprir essa situação o material de formação do professor deve ter uma linguagem suficientemente acessível a todos. Ou seja, assuntos simples que não se distanciem de cada realidade.

Segundo Paulon (2005.), “a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio”. É essencial considerar e estimar o conhecimento de todos os profissionais de ensino nas ações e nos procedimentos inclusivos. Não se importando apenas com a inclusão do aluno, mas com tipo de trabalho que a escola está desempenhando e com o comprometimento dos profissionais. Tratando da busca pelo entendimento a respeito das causas pelas quais muitos alunos não conseguem se sentir participante/fazendo parte da escola.

Para que o professor atenda às necessidades do aluno com deficiência, ele precisa estar habilitado para reconhecer os mecanismos funcionais do conhecimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, para desenvolver, o senso de autocrítica de seus conhecimentos pedagógicos; ser capaz de aplicar a teoria em sua prática como educador; disponibilizar instrumentos avaliativos conforme as habilidades do educando (BRAUN; PLETSCHE; SODRÉ, 2003).

Também é muito importante que o professor esteja aberto para as inovações, na diversidade do processo de ensino-aprendizagem. Cabe ao professor participar de cursos de formação continuada, seminários, com a finalidade de se aprofundar

em temas que envolvam a educação diversificada, para o seu aperfeiçoamento profissional.

Nessa perspectiva, observa-se que é preciso ter sempre um processo contínuo de aperfeiçoamento para os professores. Em que sejam oferecidos para os profissionais cursos de especialização e programações de reuniões com finalidade de inserir debates sobre as dificuldades encontradas e sugestões sobre as possíveis soluções. Assim, havendo troca de informações sobre a sala de aula, o ambiente educacional e as experiências vividas (PAULON, 2005).

Jerusalinsky e Páez (2001.) afirmam: “São poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão”.

No aspecto da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, determina que os estabelecimentos de educação superior devem presumir, em sua estruturação curricular, a formação do professor voltada para o cuidado à diversidade e que aprecie informações sobre as especificidades dos discentes com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2010).

Se tratando da formação inicial dos educadores que trabalham na educação especial:

(...) o Censo de 1998, indica que 3,2% possui ensino fundamental, 51% ensino médio e 45,7% ensino superior. Em 2006, dos 54.625 professores nessa função, 0,62% registram ensino fundamental, 24% ensino médio e 75,2% ensino superior. Nesse mesmo ano, 77,8% desses professores, declararam ter curso específico nessa área de conhecimento (BRASIL, 2010, p.19).

Para atuar na educação especial, o educador deve ter como alicerce da sua formação, inicial e continuada, noções gerais para a atividade da sua profissão e informações específicas da sua área. Essa formação permite que a execução do seu trabalho enverede-se pelo caminho de interatividade e de interdisciplinaridade nos diversos campos, tais como: salas de ensino regular, salas de recursos, núcleos de acessibilidade de ensino superior e centros de atendimento especializado (BRASIL, 2010).

O professor deve guiar seus alunos, acolhendo e compreendendo suas potencialidades e limitações de forma há proporcionar uma melhor interação social.

Os exercícios escolares devem evitar competitividade. O educador deve sempre procurar utilizar-se de materiais pedagógicos que estimule o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem de todos os alunos sem cometer nenhum tipo de restrição. Ou seja, atividades quando necessárias diferenciadas, mas que tenham a mesma finalidade, dentre elas, a tomarem decisões próprias e os tornarem-se mais independentes (SILVA, 2006).

É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola ( FREITAS; PINHO, 2005).

## 5 TRAJETÓRIA METODOLOGIA

### 5.1 TIPO DE PESQUISA E ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no município de Picos, que esta situada na região centro-sul no estado do Piauí. É cortada pela BR 316 (ou rodovia Transamazônica). A população da cidade de Picos atualmente é de 73.414 habitantes (Censo Demográfico IBGE, 2010). O município de Picos é constituído de uma grande rede de ensino público e privado, que oferta desde a educação básica ao ensino superior.

A rede municipal de ensino é composta por 78 escolas (zona rural e urbana) ofertando a educação básica, e a rede estadual por 17 escolas (zona urbana) também com a oferta da educação básica. A pesquisa foi realizada em 60% das escolas da rede pública de ensino localizadas na zona urbana do município de Picos e com todos os professores da área de ciências ensino fundamental séries finais lotados nas unidades escolares participantes da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa - quantitativa com a utilização do instrumental questionário que foi aplicado aos professores de ciências da rede pública de ensino do município de Picos.

### 5.2 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

São sujeitos da pesquisa 21 docentes pertencentes a rede pública de ensino do município de Picos que trabalham com o ensino de ciências nas escolas que ofertam o ensino fundamental (séries finais), zona urbana. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Na construção do questionário é necessário estabelecer, com critério, as questões mais importantes a serem propostas e que interessam ser conhecidas, de acordo com os objetivos. “Devem ser propostas perguntas que conduzam facilmente as repostas de forma a não insinuarem outras colocações” (SILVA, 2007, p. 35).

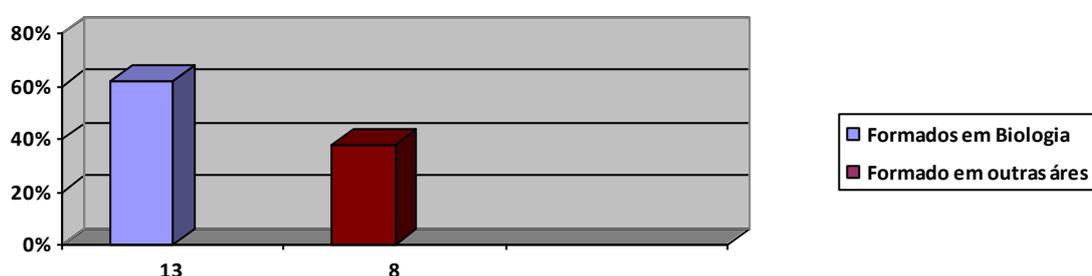
Portanto o questionário continha questões do tipo: Há quanto tempo atua no magistério? Tem alunos com deficiência, ou seja, alunos especiais? Recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com alunos especiais? Quais os recursos disponibilizados pela escola para o ensino de alunos especiais? Quais dificuldades encontradas no ensino de alunos especiais? Dentre outros questionamentos.

Para o aprofundamento do tema em estudo foi utilizadas obras da biblioteca da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), revistas, artigos da Internet e livros de particulares, todos para compreender a realidade do educando portador de necessidades educacionais especiais em salas de ensino regular.

### 5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscando conhecer os sujeitos da pesquisa para posteriormente entender o trabalho dos mesmos com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais no âmbito escolar, procurou-se saber da formação destes para o trabalho com a disciplina de ciências, visto que todos trabalham como docentes da área. Ver gráfico abaixo.

**Gráfico 1-** Grau de instrução dos sujeitos da pesquisa.



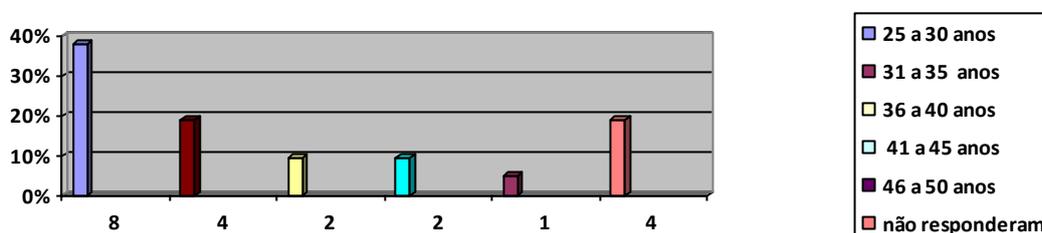
**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

Os dados apresentados revelam que 62% dos professores pesquisados são formados na área de Biologia, portanto estão aptos a trabalhar com o ensino de ciências nas séries finais do ensino fundamental e que 38% dos mesmos não são formados em Biologia, mas mesmo assim, trabalham com o ensino de ciências. Professores que não estão habilitados na área de Biologia não devem trabalhar com o ensino das disciplinas ciências e biologia que são ofertadas na grade curricular da educação básica, esse fato vai contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e contra a constituição de 1988 que afirma a necessidade de profissionais qualificados para o trabalho em âmbito educacional.

A formação docente faz-se necessária para a ocorrência de um satisfatório atendimento aos alunos portadores de deficiência de modo a promover o desenvolvimento intelectual, autônomo e psicológico. A capacitação dos professores é essencial para a utilização de novas metodologias de ensino para e aprendizagem igualitária.

Através da análise dos questionários foi constatado que entre os 21 participantes apenas 01 é do sexo masculino e trabalha com o ensino de ciências, revela-se assim a preferência das mulheres para o trabalho com essa disciplina no município de Picos. Também foi constatado que 13 dos professores que trabalham com essa área possuem menos de dez anos de magistério e em sua maioria estão na faixa etária entre 25 e 30 anos, onde contabiliza-se exatamente: 38% entre 25 a 30 anos; 19% possuem de 31 a 35 anos; 9,5% estão na faixa etária entre 36 e 40 anos; 9,5% entre 41 e 45 anos; 6% entre 46 e 50 anos e o restante optou por não identificar sua faixa etária. Ver gráfico abaixo.

**Gráfico 2-** Faixa etária dos professores sujeitos da pesquisa



**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

Desse modo, observa-se que a maioria dos profissionais trata-se de jovens com uma curta trajetória no mercado de trabalho. Onde cogita-se a existência de pouca experiência, mas também a espera de uma formação acadêmica mais elaborada e atualizada ao que diz respeito a preparação para o trabalho de educação inclusiva na rede escolar de ensino.

O trabalho com alunos portadores de necessidades educacionais especiais não é fácil, por isso perguntou-se aos docentes se já haviam participado de alguma capacitação ou curso de formação continuada para o trabalho com os alunos especiais, visto que, em lei é garantido a todos seu acesso e permanência nas turmas regulares de ensino (LDB, 1996). Todos os sujeitos da pesquisa afirmaram nunca ter participado de cursos de formação sobre o tema em questão ou mesmo

capacitações para o convívio com alunos especiais que estejam ou possam a ser integrados nas turmas regulares.

Portanto, em se tratando dos profissionais que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE), um aspecto importante é que estes tenham capacitação que lhes permitam executar essa atuação específica, além da junção no atendimento entre os docentes da educação especial com os do ensino regular. E, além disso, é essencial o acompanhamento familiar, recebendo esclarecimentos, sugestões de experiências, bem como o auxílio dos demais serviços de assistência. Lembrando também, que compete ao professor, preparar, cumprir e julgar um método de atendimento educacional para o aluno. Determinando cronogramas e exercícios acessíveis, levando em consideração o interesse, direito e capacidade do aluno (BRASIL, 2012).

Em relação aos recursos disponibilizados pela escola para o trabalho com alunos especiais 04(quatro) dos professores afirmaram ter na sua escola máquina de Braille; 05(cinco) assinalaram que há pranchas de letras e 02(dois) apontaram o ampliador de texto. Ressaltando que 01(um) professor marcou todas as opções apresentadas pelo questionário que apresenta além destas opções citadas, teclado convencional e órtese moldável, mouses especiais, réguas Braille de vários tamanhos, vocalizador portátil, prancha de comunicação de símbolos, livro de história com as imagens em relevo e texto em Braille, entre outros. Nove (09) dos participantes afirmaram não ter conhecimento da existência de tais recursos na escola em que trabalha.

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) foram criadas em algumas instituições com intuito de dar apoio às escolas públicas, na inclusão de crianças com qualquer tipo de deficiência, sejam perturbações globais do desenvolvimento, falta de habilidades ou superdotação. Procurou-se consentir às exigências das crianças com deficiência em condições igualitárias com os demais alunos do ensino regular. No entanto, para que as SRMF se concretizem é necessário que o gestor municipal, estadual ou federal, assegure ao profissional qualificado, um espaço físico adequado e estruturado para o seu eficaz funcionamento (BRASIL, 2008).

Também foi perguntado aos docentes se as turmas regulares que atendiam possuíam alunos portadores de necessidades educacionais especiais 62% dos docentes afirmaram não ter em suas turmas alunos especiais e 38% afirmaram que sim, na turma em que trabalha tem alunos ditos especiais. Ver gráfico abaixo.

**Gráfico 3-** Número de professores que possuem alunos especiais em sala de aula regular.

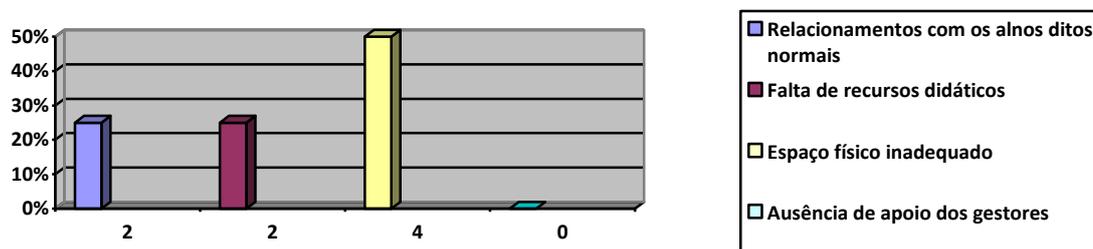


**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

As escolas regulares devem desenvolver estratégias que busquem fazer com que os alunos com deficiência vejam a escola como um espaço onde possam superar suas dificuldades e voltar ao convívio social, assim, desenvolvendo neles o sentimento de autônomo e acessibilidade. Fazendo com que eles se sintam integrantes daquele ambiente, e não intrusos no espaço educacional. Campanhas educativas referentes á inclusão também podem ajudar a comunidade a reconhecer que o lugar desses alunos é na escola.

Os professores que possuem alunos especiais em turmas regulares de ensino apontaram as principais dificuldades para o atendimento dessa clientela, tais como: a integração dos alunos especiais para com os demais alunos; a falta de recurso didático; o ambiente físico inadequado e a falta de apoio por parte do núcleo gestor no ambiente escolar.

**Gráfico 4** - Principais dificuldades para o atendimento dos alunos especiais segundo docentes.



**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

A adequação dos espaços físicos é bastante relevante para a ocorrência de uma real inclusão. Fatores como a infraestrutura, sinalização e salas de recursos multifuncionais são indispensáveis para a acessibilidade e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência. Daí, a importância de leis que tornem obrigatória a adequação destes ambientes.

Os docentes foram indagados quanto ao relacionamento dos alunos ditos normais para com os alunos portadores de necessidades educacionais, assim relataram alguns docentes que para manter sua identidade no anonimato foram assim nomeados P1, P5, P8:

(P1): Em relação a experiência que tive com uma aluna anteriormente, percebi que a maioria dos alunos ditos normais não queriam realizar atividades com a aluna portadora de necessidades especiais, no caso, as valendo nota; mas, ela tinha amizade sincera de algumas amiguinhas que a escolhiam com amor e companheirismo.

(P5): Nesta parte, o aluno é sempre bem acolhido e recebe uma atenção e carinho dos demais.

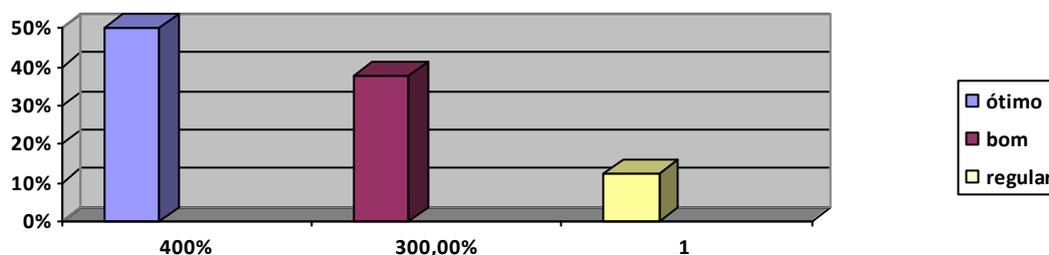
(P8): Alguns exclui o aluno especial, mas tem outros que interagem, procuram envolver o aluno.

É perceptível que é possível haver a inclusão dos alunos especiais, visto que há aceitação e colaboração dos demais alunos para com o portador de necessidade educacional especial

No que diz respeito ao relacionamento dos professores com os alunos especiais, 37,5% afirmaram ser bom, 12,5% dos professores afirmam ser regular, 50% ótimo. Portanto percebe-se que a maioria dos docentes não sente dificuldades

em relação ao convívio com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Ver gráfico 5.

**Gráfico 5** - Relacionamento docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.



**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

Também se buscou saber qual tipo de atividade é desenvolvida em sala de aula para atender ou minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos especiais. Os professores de ciências responderam:

(P2): Dando algum material para manuseá-lo e conversando ao lado explicando individualmente o conteúdo.

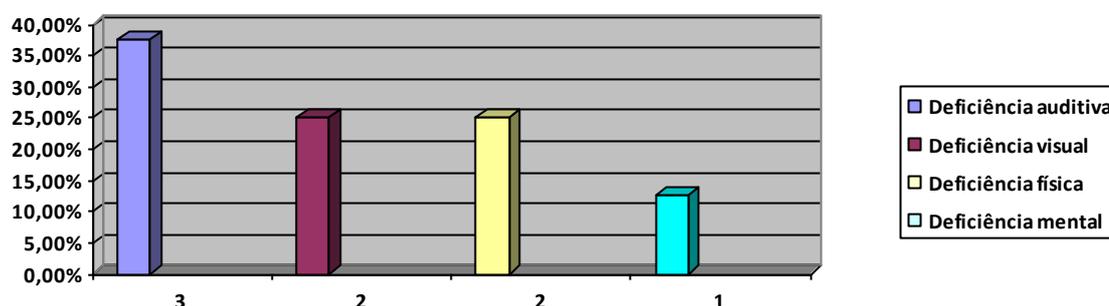
(P4): Tento sempre chamá-lo para me auxiliar na explicação do conteúdo.

(P6): Leitura individual.

A leitura individual, trabalhos coletivos e uso de recursos didáticos adequados a deficiência do educando foram citados. Desse modo, percebe-se que os recursos didáticos é fundamental para o trabalho com os alunos com deficiência. A utilização de recursos ópticos e não-ópticos, o ensino de Libras e a adequação dos recursos didáticos-pedagógico é necessário para que o professor possa adequar o conteúdo a ser apresentado. Pois, sem a adaptação dos recursos didáticos o trabalho do docente torna-se mais difícil e muitas vezes impossibilitado.

Quanto aos tipos de deficiência dos alunos matriculados no ensino regular e atendidos pelos professores participantes da pesquisa, 37,5% dos professores afirmam orientar alunos com deficiência auditiva; 25% afirmam atender alunos com deficiência física; 25% atende alunos com deficiência visual e 12,5% orientam alunos com deficiência mental. Veja o gráfico 6 a seguir.

**Gráfico 6** - Afirmação docente quanto ao tipo de deficiência dos alunos especiais atendidos no ensino regular.



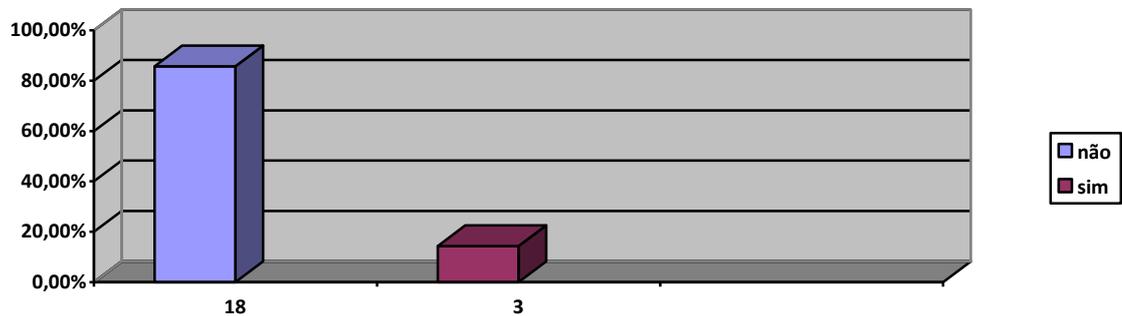
**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

Segundo Silva (2006, p. 25):

A atuação de uma equipe multiprofissional, composta por educadores especializados, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas e outros é importante no processo de reabilitação da criança com deficiência. O aluno não deve deixar de freqüentar a escola enquanto realiza seu processo de reabilitação. Ao contrário, a família e os educadores devem estimulá-lo a participar de todas as atividades curriculares, porque o contato com seus colegas e professores contribui com a reabilitação e gradativamente com a inclusão escolar.

Quanto à existência de materiais específicos para o trabalho dos conteúdos com alunos especiais na disciplina de ciências 85,7% dos professores afirmaram não existir na escola qualquer material específico para tal uso e 14,3% dos professores afirmaram existir materiais na escola para esse fim, embora não tenham citado quais são esses materiais que estão disponíveis. Ver gráfico 07.

**Gráfico 7** - Existe na escola materiais didáticos específicos para o ensino de ciências e auxiliares da aprendizagem de alunos especiais?



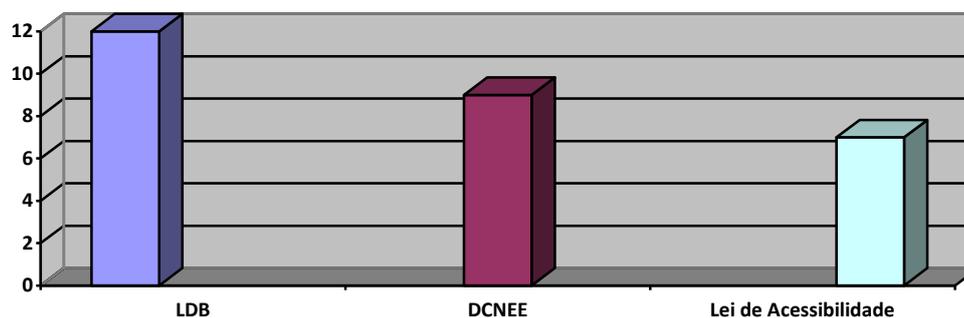
**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

Para a adequação do recurso é necessário considerar as características motoras, cognitivas, emocionais e sociais da criança. Como também, nunca esquecer das requisições sociais, pedagógicas, psicológicas e físicas impostas pelo meio (ARAÚJO; MANZINI, 2001).

Os professores foram indagados quanto às atividades que são de difícil realização em sala de aula com os alunos especiais e foram citadas atividades de leitura, trabalhos em grupo, seminários, interpretações de textos, dentre outras.

Quanto ao conhecimento das leis que tratam dos direitos dos alunos portadores de necessidades educacionais, 12 dos 21 docentes indicaram conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96); 9 de 21 docentes as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE Nº 02/2001); 7 de 21 educadores a Lei de Acessibilidade (nº10.098/2000 regulamentada em 2004 por decreto-lei). Ver gráfico 08 abaixo.

**Gráfico 8** - Professores que conhecem as leis que amparam os alunos especiais.

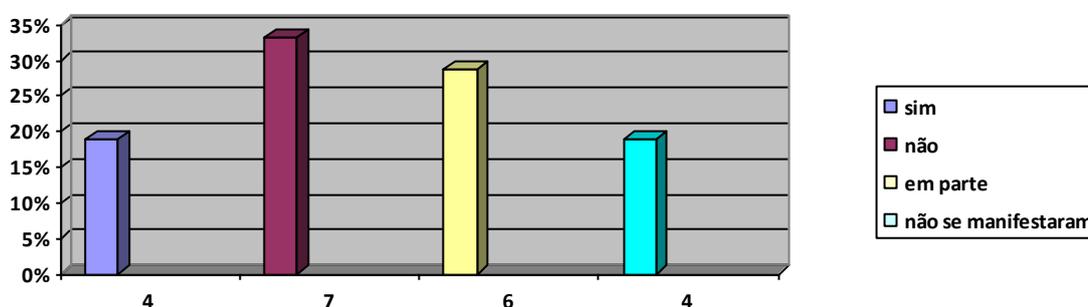


**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

A política educacional brasileira, no que refere às diretrizes para a educação especial, destaca a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, no aspecto de acabar com as atitudes discriminatórias que vêm norteando a educação dessas crianças. Todavia, no que se trata ao ensino básico na educação pública e privada, a educação inclusiva tem mostrado um desafio (SILVA, 2006).

E no que se refere ao atendimento das escolas aos critérios propostos pelas leis que regem os direitos dos alunos especiais, 19% professores acreditam que as escolas estão atendendo as exigências expostas em lei, 33,3% que não e 27,7% que as exigências estão sendo atendidas em parte e 19% professores não manifestaram sua opinião. Ver gráfico 09.

**Gráfico 9** - Atendimento das escolas aos critérios propostos por lei para o atendimento dos alunos especiais.



**Fonte:** Construído pela autora com o auxílio de questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa em 2013.

O exercício “uniformizador” das instituições escolares vem afetando a multiplicidade e a diacronicidade da construção de conhecimento, extinguindo ou minimizando o valor do respeito à heterogeneidade e, dessa maneira, não considerando as particularidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, como pessoas/agentes que merecem um cuidado especial do professor, mas que, no entanto, não seja nem preconceituoso nem discriminatório (SILVA, 2006).

Sobre a inclusão dos alunos especiais nas classes regulares de ensino 61,9% dos professores afirmaram que a mesma está ocorrendo de forma eficaz, já 38,1% dos professores responderam que está ocorrendo de forma ineficaz. Os docentes que acreditam que não há eficácia na implantação do sistema de inclusão dos alunos especiais justificaram sua resposta da seguinte forma:

(P12): Falta de capacitação para trabalhar com alunos especiais.

(P15): Uma vez que não possuímos uma capacitação para atendê-los nas suas diversas limitações.

(P2)1: Porque a escola não disponibiliza os recursos para o trabalho com os alunos especiais e os professores não apresentam nenhum tipo de recurso de capacitação para trabalhar com esse público.

Diante das falas, observa-se a importância da implantação correta da lei, no que diz respeito a assegurar o direito à educação e ao atendimento adequado de todas as deficiências no ambiente escolar, possibilitando assim o retorno de algumas pessoa ao convívio social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ambiente escolar é um desafio para os gestores, comunidade civil e todos os docentes que compõe as redes de ensino. Iniciativas tímidas surgem a cada instante com o objetivo de implementar as leis que foram aprovadas para o atendimento dos direitos dos alunos especiais. Com o município de Picos não é diferente, algumas escolas da rede pública já estão em processo de adaptação de sua estrutura física e práticas pedagógicas para o atendimento dessa clientela.

Os dados da pesquisa confirmam a necessidade de maiores investimentos na qualificação de professores para o atendimento dos alunos especiais, tal como a inserção de recursos didáticos (pedagógicos) que possam auxiliar a práxis docente quanto á orientação específica para cada tipo de deficiência dos alunos especiais.

Também ressalta que embora sejam inúmeros os desafios a serem superados no processo de inclusão: estrutura do espaço físico, número de pessoal qualificado, recursos didáticos insuficientes, etc., já há indícios de bons relacionamentos entre discentes ditos normais e especiais, professores e alunos especiais, comprovando assim que é possível a inclusão dos alunos especiais nas salas regulares de ensino.

Para o trabalho com a disciplina de ciências não são muitos os recursos didáticos disponíveis para o trabalho com os alunos especiais e o docente ainda sente dificuldades na hora da realização de algumas atividades em salas regulares contendo alunos especiais, tais como: seminários, leitura coletiva, trabalhos em grupo, etc.

Conhecedores das leis que regem a educação especial, os professores participantes da pesquisa na sua maioria não vêm a escola preparada para tal processo e acham ineficaz os trabalhos que estão sendo desenvolvidos com esse fim, por não haver investimentos suficientes no que eles jugam primordial, a formação docente para o trabalho com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Diante dos dados coletados e das análises realizadas espera-se que o poder público faça reflexões acerca dessa problemática e busque soluções viáveis ao atendimento e inclusão desses alunos que por lei já lhe foi adquirido.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. rev. atual.– Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 346 p.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília:MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de educação Especial. – Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 72p.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012.

BRAUN, P., PLETSCH, M. D., SODRÉ, J. **A formação inicial e continuada de recursos humanos para a prática docente frente à educação inclusiva**. In: NUNES SOBRINHO, F de P. (ORG.). Inclusão educacional – pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre Expressão, p. 62-78, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA DE PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICA PARA AS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Salamanca, Espanha, Brasília: CORDE, 1997.

DIRETRIZES nacionais para a educação especial. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2012.

DEFICIÊNCIA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciamultipla.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2012.

FORTES, H. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: 2005.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22-27, 2002.

INCLUSÃO escolar. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2284/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real>>. Acesso em: 05 de mar. de 2012.

INCLUSÃO escolar. Disponível em: <<http://inclusaolasalle.zip.net/>>. Acesso em: 12 de abr. de 2012.

JERUSALINSKY E PÁEZ (2001, P.35) apud PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.48 p.

LEI 5.296/04. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004/Decreto/D5296.htm#art70](http://planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004/Decreto/D5296.htm#art70) >. Acesso em: 15 de maio de 2012.

LEI 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Btvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 15 de mar. de 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANZINI, E. J., SANTOS, M. C. F. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência – recursos pedagógicos adaptados.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2002. Fascículo 1, 54p. il.

MENDES, E. G. **Perspectivas atuais da educação inclusiva no Brasil.** In: Anais do III Encontro de Educação Especial da UEM. Maringá: Editora UEM, p.15-37. 2001.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva – contextos sociais.** Artmed, Porto Alegre, 2003.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação – doze olhares sobre a educação inclusiva.** Editora Smmus, São Paulo, 2006.

Rodríguez (2001); Edler (2000); Werneck (1999); Sasaki (1998) apud Silva, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes

Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.**INCLUSÃO**– Revista da Educação Especial – Out/2005. P.14.

SILVA, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 67p.

**APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI**  
**CAMPOS SENADOR HELVIDEO NUNES DE BARROS-CSHNB**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Sr (a). Professor (a),

O objetivo da presente pesquisa é de analisar as práticas adotadas pelos docentes da área de ciências/biologia, para inclusão de alunos com deficiência, portanto gostaria de contar com a sua colaboração, de forma mais sincera possível, respondendo as questões abaixo para a realização de uma monografia, do curso de ciências biológicas, da UFPI, Picos - PI. As informações coletadas serão de responsabilidade da pesquisadora que manterá em anonimato o nome das pessoas que se propuseram a participar da referida pesquisa. Agradeço pela colaboração no desenvolvimento do trabalho proposto.

**Dados pessoais:**

- a) Identificação: \_\_\_\_\_  
 b) Formação acadêmica: \_\_\_\_\_  
 c) Há quanto tempo atua no magistério: \_\_\_\_\_  
 d) Área de conhecimento em que atua: \_\_\_\_\_  
 e) Sexo: \_\_\_\_\_  
 f) Escola em que trabalha: \_\_\_\_\_  
 g) Faixa etária:

( ) 25 a 30 anos ( ) 31 a 35 anos ( ) 36 a 40 anos ) 41 a 50 anos( ) 46 a 50 anos

**1) Você tem alunos com deficiência, ou seja, alunos especiais?**

( ) sim ( ) não

**2) Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com alunos especiais:**

( ) Sim ( ) Não

**3) Marque os recursos que sua escola disponibiliza para o trabalho com os alunos especiais.**

- ( ) recursos que auxilia a escrita ( acessório para preensão e limitação de movimentos; lápis e canetas engrossados).  
 ( ) soletração por apontamento de prancha de letras.  
 ( ) máquina de Braille.  
 ( ) teclado convencional e órtese moldável.  
 ( ) mouses especiais.  
 ( ) régua Braille de vários tamanhos.  
 ( ) ampliador de texto.  
 ( ) vocalizador portátil.  
 ( ) prancha de comunicação com símbolos.  
 ( ) livro de história com as imagens em relevo e texto em Braille  
 ( ) outros. Quais? \_\_\_\_\_

**4) Assinale abaixo as principais dificuldades que você encontra no trabalho com alunos especiais.**

- integração dos alunos especiais para com os demais alunos  
 falta de recurso didático.  
 falta de apoio por parte do núcleo gestor no ambiente escolar  
 ambiente físico inadequado

**5) Você acha que a inclusão dos alunos especiais nas classes regulares de ensino:**

- está sendo eficaz  não está sendo eficaz

Justifique \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**6) Na disciplina de ciências existem materiais específicos para o trabalho dos conteúdos com alunos especiais.**

- Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**7) Quais atividades são difíceis de realizar em salas com alunos especiais?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8) Como é o relacionamento dos alunos ditos normais com os alunos especiais?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**9) Como é seu relacionamento com os alunos especiais?**

- bom  regular  ótimo

**10) O que você costuma fazer para integrar os alunos com deficiência no processo educativo durante as aulas de ciências?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**11) Que tipo de deficiência possui os alunos que estão em sua sala de aula.**

- auditiva  visual  física  mental

**12) Você sente maior dificuldade com o aluno que:**

- possui deficiência visual       possui deficiência auditiva  
 possui deficiência mental       possui deficiência física

Justifique \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**13) Quais leis você conhece que tratam dos direitos dos alunos com deficiência:**

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB – (Lei 9394/96) A LDB (MEC, 2001) inova ao introduzir um capítulo (Capítulo V) que trata especificamente dos direitos dos educandos portadores de necessidades especiais

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - CNE Nº 02/2001. Respondendo ao Capítulo V da LDB, as Diretrizes têm como objetivo orientar os sistemas educacionais acerca da educação de aluno(a)s com necessidades educacionais especiais na sala comum das escolas da rede regular e oferecer subsídios para a constituição das diversas modalidades de atendimento.

Lei de Acessibilidade (10.098/2000 regulamentada em 2004 por decreto-lei), A Lei da Acessibilidade (MEC/SEESP, 2000) atende a uma demanda histórica dos movimentos sociais que defendem os direitos das pessoas com deficiência.

**14) Sua escola atende aos critérios estabelecidos em lei quanto ao atendimento dos alunos com deficiência?**

- sim       não       em parte

Justifique \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Obrigada por sua participação!!!**